



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

## **AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, torna público que realizará o seguinte **Registro de Preços**, na modalidade de **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço**, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02 (e alterações posteriores), Decreto Municipal nº 7.074/2020 e aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 (e alterações posteriores) e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (e alterações posteriores) e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria:

**PREGÃO PRESENCIAL 16/2021**

**PROCESSO 142/2021**

**OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de arborização urbana.**

**DATA DO PREGÃO 13 de abril de 2021.**

**HORÁRIO 09h00min**

**LOCAL SALA DE LICITAÇÕES DA COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)  
RUA DO COMÉRCIO, Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON,  
CENTRO, IJUÍ/RS**

Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação na Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site [www.ijui.rs.gov.br](http://www.ijui.rs.gov.br), no link “Licitações – Pregão Presencial”.

Ijuí/RS, 22 de março de 2021.

Julio Cesar Franciscatto  
Diretor da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGAO PRESENCIAL Nº 16/2021 – OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de arborização urbana. ABERTURA: 13/04/21 às 09h00min. Informações pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site [www.ijui.rs.gov.br](http://www.ijui.rs.gov.br), no link “Licitações – Pregão Presencial”.

Ijuí/RS, 22 de março de 2021.

Andrei Cossetin Sczmanski  
Prefeito



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2021**  
**PROCESSO Nº 76/2021**  
**EDITAL**

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais – COPAM, da Secretaria Municipal da Fazenda, torna público que realizará o seguinte **Registro de Preços**, na modalidade de **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço**, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 7.074/2020, pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/06 e posteriores alterações, bem como demais legislações.

**SESSÃO** 13/04/21  
**HORÁRIO** 09h00min  
**LOCAL** SALA DE LICITAÇÕES DA COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)  
RUA DO COMÉRCIO, Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON,  
2º ANDAR, CENTRO, IJUÍ/RS

## 1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste pregão o Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de arborização urbana:

Item	Descrição	Qty.	Un.
1	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 20cm	100,00	UN
2	Poda em árvore com diâmetro de tronco maior que 20cm e menor ou igual a 40cm	500,00	UN
3	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 40cm e menor ou igual 60cm	300,00	UN
4	Poda de árvore com diâmetro de tronco maior que 60cm	50,00	UN
5	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 40cm	15,00	UN
6	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 40cm e menor ou igual a 60cm	15,00	UN
7	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 60cm	15,00	UN
8	serviço de plantio de mudas de árvores	500,00	UN
9	Serviço plantio de mudas de árvores com necessidade de abertura de calçada em concreto	500,00	UN

1.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações do Memorando Interno nº 004-2021-SMMA (Anexo IX deste edital).

## 2. DO ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimentos e providências em relação a presente licitação ou impugnar o edital, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 7.074/2020.

2.1.1 **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:** dúvidas de caráter legal ou técnico na interpretação dos termos deste edital e seus anexos, que não demandem alteração de suas cláusulas, devem ser encaminhados através do e-mail [copam.editais@ijui.rs.gov.br](mailto:copam.editais@ijui.rs.gov.br), até a o dia anterior da data agendada para a abertura do certame.

2.1.2 **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:** O pedido de impugnação deverá ser encaminhado a COPAM, em forma física ou através do e-mail [copam.editais@ijui.rs.gov.br](mailto:copam.editais@ijui.rs.gov.br). Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura da sessão.

2.1.2.1 A Coordenadoria de Compras (COPAM) não se responsabiliza por documentos encaminhados a outro endereço que não seja o da COPAM: Rua do Comércio, nº921, esquina com a Rua Irmãos Person, 2º andar, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

2.1.2.2 Quando o acolhimento da impugnação implicar a alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será, então, designada nova data para a realização desta licitação.

2.1.2.3 A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não obstará sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar desta licitação todos os interessados que atendam as exigências constantes neste procedimento licitatório e em seus anexos.

3.2 Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) Suspenso de licitar com o Município de Ijuí/RS;
- b) Declarado inidôneo pela Administração Pública;
- c) Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
- d) Em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto no Município de Ijuí em que familiar exerça cargo em comissão ou função de confiança;
- e) Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação;
- f) Que seja direta ou indiretamente, servidor público do Município de Ijuí/RS.

3.2.1 Para fins do disposto no subitem 3.2 f, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

3.2.2 Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta por lote.

3.3 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 Os documentos que pertencem ao certame licitatório devem ser entregues até o momento da abertura da sessão, que ocorrerá no dia 13/04/2021 às 09h00min, na COPAM. Não será admitida a participação de licitante que se apresente após a abertura da sessão do pregão.

4.2 A empresa que optar por não participar da sessão de abertura de forma presencial, deverá protocolar os envelopes na COPAM impreterivelmente até as **09h00min do dia 13/04/2021**.

4.3 As empresas que enviarem as documentações por serviço postal devem estar cientes de remeter ao endereço da COPAM, na Rua do Comércio, 921, Centro – Ijuí/RS, lembrando que em caso de atraso da entrega ocorrerá a devolução dos mesmos.

**4.3.1 A COPAM não se responsabiliza por documentos encaminhados a outro endereço que não o indicado no item 4.3 e pela demora da entrega por meio postal.**

4.4 O credenciamento dos representantes das licitantes será realizado mediante a apresentação dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos da habilitação, acompanhado de:

- a) Em se tratando do responsável legal da empresa, o documento original ou cópia autenticada do registro comercial, bem como procuração com poderes legais para praticar o ato;
- b) No caso de empresário individual, registro na Junta Comercial, contrato ou estatuto social em vigor da licitante: da mesma forma que nas sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios ou assemelhados responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, se tratando de sociedade anônima, ata de eleição dos administradores devidamente publicada;
- c) Representante constituído: procuração em que o licitante tenha outorgado poderes para o credenciado representá-lo em todos os atos do certame, contrato social ou ato constitutivo.

4.5 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante, sob pena de exclusão sumária de seus representados e recusa de aceite de envelopes.

4.6 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante da licitante no decurso da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído as licitantes.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

4.7 As empresas deverão apresentar, separadamente dos envelopes, declaração, sob as penas da Lei, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02, conforme modelo contido no Anexo III deste edital.

4.8 A empresa que pretende se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar, no **momento do credenciamento** e **fora** de qualquer um dos envelopes relacionados nos itens 6 e 7 deste edital, declaração firmada por contador, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da presente licitação, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.9 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, gozarão dos benefícios previstos no referido dispositivo legal e no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, desde que também apresentem, separada de qualquer dos envelopes relacionados no item 5, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima**, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.10 O benefício de que trata os arts. 42 a 45 da LC nº 123/2006 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

4.11 A não regularização da documentação implicará na inabilitação ou decadência do direito a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, devendo a Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação para análise de documentos da habilitação e após a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

4.12 **Após o credenciamento serão recebidos o envelope da proposta e o envelope da habilitação** descritos nos itens 6 e 7 deste edital, devendo o Pregoeiro, Equipe de Apoio e os representantes das licitantes rubricarem os seus fechos.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO

5.1 No ato de credenciamento o representante deverá apresentar dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo na parte externa as seguintes informações:

<b>Nº ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA)</b>	<b>Nº ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO)</b>
<b>MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO</b>	<b>MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO</b>
<b>PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021</b>
<b>SESSÃO DE PREGÃO: 13/04/2021</b>	<b>SESSÃO DE PREGÃO: 13/04/2021</b>
<b>HORÁRIO: 09h00min</b>	<b>HORÁRIO: 09h00min</b>
<b>ENVELOPE Nº 01 (PROPOSTA)</b>	<b>ENVELOPE Nº 02 (HABILITAÇÃO)</b>
<b>Razão Social completa e sem abreviações da licitante</b>	<b>Razão Social completa e sem abreviações da licitante</b>
<b>Endereço completo da licitante</b>	<b>Endereço completo da licitante</b>
<b>Telefone e e-mail da licitante</b>	<b>Telefone e e-mail da licitante</b>

5.1.1 Após a entrega dos envelopes, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, também não cabe abdicação da proposta depois de aberto os respectivos envelopes.

5.1.2 A conferência e apresentação da documentação de ambos os envelopes (Habilitação e Proposta) é de responsabilidade **exclusiva** da licitante.

5.1.3 A ausência de quaisquer dos documentos elencados nos itens 6 e 7 deste edital justifica a inabilitação/desclassificação do licitante.

## 6. DO ENVELOPE DA PROPOSTA

6.1 O envelope 01 deverá conter a proposta comercial da empresa.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

6.2 A licitante deverá apresentar a proposta de preço em via impressa, observando as exigências descritas no edital bem como deverá apresentar sua proposta, preferencialmente em via magnética (CD-ROM, DVD ou PENDRIVE), o sistema da digitação é oferecido pela COPAM.

6.2.1 Para apresentação da proposta magnética a licitante deverá obter o Sistema de Digitação de Propostas através de download no link <https://www.ijui.rs.gov.br/licitacao/lista/2020/categoria/32/proposta-magnetica/> e solicitar suporte através do e-mail [copamatendimento@ijui.rs.gov.br](mailto:copamatendimento@ijui.rs.gov.br), informando, obrigatoriamente, a razão social e o CNPJ.

6.2.2 Se o arquivo apresentado não for o mesmo ou se houver alteração da estrutura do arquivo a licitante será desclassificado.

6.2.3 Quando houver discordância entre dados da proposta impressa e da proposta apresentada através de e-mail magnético, prevalecerão os dados da proposta apresentada na forma impressa.

6.3 Não será aceita a proposta impressa:

- a) Apresentada após a abertura da sessão;
- b) Manuscrita que conter emendas, rasuras e/ou entrelinhas nos preços;
- c) Que apresentar os preços superiores aos praticados no mercado;
- d) Que não se adapte às condições do edital.

6.4 A proposta impressa deverá conter, obrigatoriamente:

- a) A assinatura do responsável pela empresa, com a indicação do número do CNPJ;
- b) A indicação dos preços por item e o preço total em reais (R\$);

6.5 A inobservância de qualquer das condições acima descritas (itens 6.1 a 6.4) importará na desclassificação da proposta.

6.6 O prazo de validade da proposta será de 90 DIAS corridos, contados da data de seu recebimento (art. 3º da Lei Federal nº 10.520/02).

6.7 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da licitante, inclusive encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e quaisquer outros que recaiam sobre o objeto licitado.

6.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.9 Serão desclassificadas as propostas incompatíveis com a realidade do mercado.

## 7 DO ENVELOPE DA HABILITAÇÃO

7.1 O envelope 02 deverá conter os documentos que se referem à habilitação do licitante.

7.1.1 A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos exigidos para Habilitação Jurídica, caso já tenha apresentado os mesmos na fase de representação/credenciamento.

7.2 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) No caso de empresa individual o registro comercial;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando as documentações de eleição de seus administradores;
- c) No caso de sociedades civis a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Se tratando de empresa ou sociedade estrangeira decreto de autorização, em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1 Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

7.3 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

RUA DO COMÉRCIO Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON, CENTRO, CEP 98700-000  
TEL. (55) 3331-8219 - IJUÍ – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- a) CNPJ - Inscrição da licitante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
- b) CND - Prova de regularidade fiscal, na data da sessão de pregão, perante a Fazenda Nacional
- c) Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14;
- d) Tributo Estadual - Regularidade da licitante, na data da sessão de pregão com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Tributo Municipal - Regularidade da licitante, na data da sessão de pregão com a Fazenda Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) FGTS - Prova de regularidade da licitante, na data da sessão de pregão, relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- g) CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, na data da sessão de pregão, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

- a) Prova do registro ou inscrição da licitante na entidade profissional competente;
- b) Declaração formal da licitante, sob as penas cabíveis e conforme o modelo contido no Anexo IV deste edital, indicando o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra objeto da licitação, que deve(rão) coincidir, obrigatoriamente, com o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente indicado na alínea anterior, admitindo-se a substituição deste(s) por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração;
- c) Certificado de treinamento de operador de motosserra, de trabalhador legalmente vinculado à empresa, demonstrando estar habilitada em cumprir a NR 12;
- d) Laudo técnico, emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho, atestando que a empresa possui equipe técnica com treinamento em NR35 e NR10 e, ainda, que atende ao Anexo XII da NR12.

7.4.1 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem Certidões de Registro de Pessoa Jurídica emitidas pela entidade profissional competente em que conste um mesmo profissional como responsável técnico, estas serão inabilitadas.

7.5 O cumprimento do disposto no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93 dar-se-á por meio de declaração, sob as penas da lei, emitida e firmada pelo representante legal da licitante, de acordo com o modelo contido no Anexo IV deste edital.

7.6 Deve ser apresentada declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de acordo com o modelo contido no Anexo VI deste edital.

**7.7 A falta de juntada de quaisquer dos documentos exigidos para habilitação ensejará a inabilitação do proponente.**

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO**

8.1 No horário e local indicado no aviso da licitação será realizada a abertura do pregão.

8.2 O Pregoeiro fará a abertura dos envelopes e julgamentos das propostas, para verificar o atendimento destas às especificações e formalidades contidas no edital, desclassificando as propostas que não atenderem estas exigências e classificando as demais, provisoriamente, em ordem crescente de preços unitários, por item, conforme art. 48 da Lei 8.666/1993.

8.2.1 Serão considerados, para fins de julgamento, o valor unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, caso houver, o que se repetirá por ocasião da contratação.

## **9. DOS LANCES**

9.1 Realizada a classificação das propostas, será iniciada a sessão de lances verbais e sucessivos com as licitantes cujas propostas estejam classificadas, no intervalo compreendido entre o menor preço unitário e as ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço unitário apresentado, até a proclamação do vencedor.

9.1.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo compreendido entre o menor preço unitário e o valor até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço unitário apresentado poderão os autores das



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.2 As rodadas de lances verbais começarão sempre a partir do maior preço unitário, classificado conforme o item anterior, e prosseguirão em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não ocorra a apresentação de novos lances inferiores àqueles já ofertados.

9.3 Não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último lance apresentado, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

9.4 Não poderá haver desistência de lances ofertados, sujeitando-se o desistente às penalidades previstas neste edital.

9.5 Encerrada a etapa dos lances, a Comissão procederá na classificação definitiva das propostas, em ordem crescente de preços unitários, consignando-se o resultado em ata.

9.6 Apenas será aberto a proposta cuja licitante tenha sido classificada em primeiro lugar e em seguida o envelope contendo a documentação relativa à habilitação.

9.7 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

9.8 Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

9.9 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.10 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

9.12 Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

10.1 Como critérios de desempate serão assegurados preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas.

10.1.1 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez cento) à proposta de menor valor.

10.1.2 A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

10.2 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 4.8 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item;





**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma dos itens anteriores.

10.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do subitem 10.2 deste edital, será declarado vencedor do certame a licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

10.4 O disposto nos subitens 10.1 a 10.3 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

10.5 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todas as licitantes.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS**

11.1 Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

11.2 Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal.

11.3 Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor na data da abertura.

11.3.1 Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado como prazo de validade o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data de sua expedição.

11.4 Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e obrigatoriamente conter a indicação do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

11.5 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, no caso de filiais, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da licitante.

11.6 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 02 (Habilitação) ou os apresentar desacordo com o estabelecido neste edital será inabilitada não se admitindo a inclusão posterior de documentos.

## **12. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

12.1 Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preço com o fornecedor classificado em primeiro lugar, com vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

12.2 A COPAM encaminhará por meio eletrônico a Ata de Registro de Preço para assinatura do fornecedor.

12.3 O prazo de convocação do fornecedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela COPAM.

12.4 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou de seus aditivos será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação enviada pela COPAM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

12.5 No caso do fornecedor classificado em primeiro lugar, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, a COPAM, registrará a licitante que aceitar manter o preço do primeiro classificado na licitação, mantido a ordem de classificação.

12.6 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação.

## **13. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTOS DOS SERVIÇOS**

RUA DO COMÉRCIO Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON, CENTRO, CEP 98700-000  
TEL. (55) 3331-8219 - IJUÍ – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

13.1 A COPAM será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e encaminhará sempre aos órgãos requisitantes, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

13.2 A convocação da licitante pelo órgão requisitante será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.

13.3 A licitante convocada na forma do item anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preço, estará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos mais legislação vigente.

13.4 Quando comprovada a hipótese acima, a COPAM poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

#### **14. DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

14.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

14.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, a licitante registrada será convocada pelo Município de Ijuí – Poder Executivo para a devida alteração do valor registrado em Ata.

#### **15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO PROPONENTE**

15.1 A licitante terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

a) A pedido, quando:

a.1) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

a.2) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) Por iniciativa do Município de Ijuí – Poder Executivo, quando:

b.1) A licitante não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b.2) A licitante perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

b.3) A licitante não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

b.4) A licitante não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;

b.5) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

b.6) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

15.2 Em qualquer das hipóteses previstas no item 15.1, concluído o processo, o Município de Ijuí – Poder Executivo fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará as licitantes a nova ordem de registro.

#### **16. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO**

16.1 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

a) Por decurso de prazo de vigência.

b) Quando não restarem licitantes registrados.

#### **17. DA DOTAÇÃO**

17.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ijuí – Poder Executivo.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**18. DOS DIREITOS E DEVERES**

18.1 O presente certame licitatório para registro de preços não obriga o Município de Ijuí – Poder Executivo a firmar contratações ou realizar aquisições na quantidade estimada, sendo possível a ocorrência de outros certames licitatórios concomitantes para a aquisição de itens ou contratação de serviços específicos.

18.2 À licitante vencedora fica assegurada a preferência em igualdade de condições com as demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitando-se a legislação vigente.

18.3 A licitante vencedora deve atender às exigências constantes deste edital e Ata de Registro de Preços (Anexo VIII).

**19. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

19.1 Os serviços deverão ser executados durante 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conformidade com as especificações do Memorando Interno nº 004/2021-SMMA (Anexo IX deste edital).

19.2 A solicitação, por parte da Secretaria Requisitante, será realizada mediante expedição de Ordem de Serviço, contendo as atividades e locais a serem realizados.

19.3 A Ordem de Compra poderá ser encaminhada por meio eletrônico.

19.4 No caso de reprovação dos serviços recebidos, a licitante deverá executar novamente os serviços, às suas expensas.

19.4.1 Na impossibilidade da nova execução dos serviços, a licitante devolverá ao Município de Ijuí – Poder Executivo os valores já recebidos, acrescidos de juros legais, referentes ao pagamento dos serviços reprovados, independentemente das sanções previstas neste edital.

**20. DO PAGAMENTO**

20.1 Após o recebimento do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753/15.

20.1.1 A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:

Município de Ijuí

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065-0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000

Nº do Empenho

20.1.2 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail [xmifornecedor@ijui.rs.gov.br](mailto:xmifornecedor@ijui.rs.gov.br).

20.2 O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí – Poder Executivo mediante depósito bancário em favor da adjudicatária, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

20.3 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando a licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

**21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

21.2 A licitante ficará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

RUA DO COMÉRCIO Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON, CENTRO, CEP 98700-000

TEL. (55) 3331-8219 - IJUÍ – RIO GRANDE DO SUL – BRASIL



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Compra;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

21.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observados os procedimentos contidos na legislação própria.

21.4 Será aplicada multa de 2% (dois por cento) do valor estimado de fornecimento, tanto à licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitada por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como às demais licitantes que derem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

21.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.

21.6 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de inscrição do respectivo valor como Dívida Ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento de seus termos ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

22.2 A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nas hipóteses previstas em lei, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, observado o disposto no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.3 A adjudicatária deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.

22.4 Com fundamento na norma do art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93 é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência que se destine a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.5 Os casos omissos e as dúvidas serão resolvidos pelo pregoeiro.

22.6 As normas deste edital de licitação na modalidade pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

22.6.1 O desatendimento de exigências formais, desde que não comprometam a exata compreensão de sua proposta ou a aferição das condições de habilitação das licitantes, não implicará no afastamento sumário de qualquer licitante.

22.7 Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação na COPAM, localizada na Rua do Comércio, nº 921, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8219 ou no site <https://www.ijui.rs.gov.br/licitacao/categoria/22/pegao-presencial/>.

22.8 Este edital encontra-se publicado em PDF e WORD (editável), visando possibilitar o preenchimento dos anexos necessários à apresentação das propostas.

22.9 A qualquer ato administrativo que implique alteração, revogação, anulação ou outro efeito sobre o presente edital será conferida publicidade na forma da Lei e disponibilizado no site <https://www.ijui.rs.gov.br/licitacao/categoria/22/pegao-presencial/>



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**23. DOS ANEXOS**

23.1 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Instrumento para credenciamento de representante
- Anexo II – Declaração prevista no art. 4º, VII da Lei Federal nº 10.520/02
- Anexo III – Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93
- Anexo IV – Declaração prevista no Art. 30, II da Lei Federal nº 8.666/93
- Anexo V – Declaração prevista no art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93
- Anexo VI – Declaração de não existência de servidor público no quadro societário
- Anexo VII – Formulário para preenchimento de proposta.
- Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço
- Anexo IX – Memorando interno
- Anexo X – Planilha de Orçamento Estimado

Ijuí/RS, 22 de março de 2021.

Assessoria Jurídica

Lucilda Nair Barriquelo  
Pregoeira

Julio Cesar Franciscatto  
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e  
Administração de Materiais

Andrei Cossetin Sczmanski  
Prefeito



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO I**

**INSTRUMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE**

A empresa [ razão social do licitante ] , inscrita no CNPJ sob o [ número ] , sediada na [ nome da rua, número, bairro, cidade/estado ] , telefone [ ( código de área) número ] , e-mail [ e-mail ] , neste ato representada pelo(a) Sr(a). [ nome completo ] , portador(a) da cédula de identidade RG [ número ] , inscrito(a) no CPF sob o [ número ] , residente e domiciliado na [ nome da rua, número, bairro, cidade/estado ] , detentor(a) de amplos poderes para a nomeação de representante Sr(a). [ nome completo ] , portador(a) da cédula de identidade RG [ número ] , inscrito(a) no CPF sob o [ número ] , residente e domiciliado na [ nome da rua, número, bairro, cidade/estado ] , com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Ijuí/RS, na licitação [ citar modalidade; exemplo: Tomada de Preços ] [ número ] / [ ano ] , podendo, assim, retirar cópias, propor seu credenciamento, atuar em nome da representada, assinar atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos e de contra razões, assinar contratos de fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

Assinatura Nome completo Cargo Outorgante

Assinatura Nome completo Cargo Outorgado



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 4º, VII DA LEI FEDERAL Nº 10.520/02**

[nome completo da licitante], CNPJ: [Nº], endereço: [endereço completo], DECLARA que cumpre plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021 do município de Ijuí, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

Assinatura do Representante Legal.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021**

**PROCESSO N° 142/2021**

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93**

[nome completo da licitante], CNPJ: [Nº], endereço: [endereço completo] DECLARA para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis).

\*Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

Assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)





**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 30, II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**CONTATO:** \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas cabíveis, que o(s) profissional(is) abaixo relacionado(s) será(ao) o(s) responsável(is) técnico(s) pela realização do objeto da presente licitação.

Nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) (completo e sem abreviações)	Titulação	Nº Carteira (entidade profissional competente)	Nº Registro (entidade profissional competente)

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]  
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]  
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 32, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93**

[nome completo da licitante], CNPJ: [Nº], endereço: [endereço completo], declara sob as penalidades legais, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação na licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

[assinatura do representante legal]  
[Nome completo do representante legal]  
[Cargo e função do representante legal]



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO**

[nome completo da licitante], CNPJ: [Nº], endereço: [endereço completo], declara sob as penalidades legais, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

[assinatura do representante legal]  
[Nome completo do representante legal]  
[Cargo e função do representante legal]



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO VII**

**FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**CONTATO:** \_\_\_\_\_

Item	Cód.	Qtd.	Und.	Descrição	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)
1	44976	100,00	UN	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 20cm		
2	44978	500,00	UN	Poda em árvore com diâmetro de tronco maior que 20cm e menor ou igual a 40cm		
3	44977	300,00	UN	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 40cm e menor ou igual 60cm		
4	44979	50,00	UN	Poda de árvore com diâmetro de tronco maior que 60cm		
5	44980	15,00	UN	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 40cm		
6	44981	15,00	UN	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 40cm e menor ou igual a 60cm		
7	44982	15,00	UN	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 60cm		
8	36338	500,00	UN	serviço de plantio de mudas de árvores		
9	44983	500,00	UN	Serviço plantio de mudas de árvores com necessidade de abertura de calçada em concreto.		

**Observações:**

1. A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
2. A licitante declara-se ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e sua plena concordância com as condições constantes no edital.

[cidade/estado] , [ data ] de [ mês ] de [ ano ] .

[assinatura do representante legal]  
[Nome completo do representante legal]  
[Cargo e função do representante legal]



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**  
**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO VIII**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
**COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)**  
**REGISTRO DE PREÇOS**  
**VALIDADE: 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS**

Aos .....de 2021, o Município de Ijuí – Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamim Constant, 429 na cidade de Ijuí/RS, CNPJ nº 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Andrei Cossetin Sczmanski, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Ijuí/RS, na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxx e inscrito no CPF nº. xxx.xxx.xxx/xx, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, legalmente representada por \_\_\_\_\_, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02 (e alterações posteriores), Decreto Executivo Municipal nº 3.986/07 (e alterações posteriores), Decreto Municipal nº 7.074/2020 e no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 (e alterações posteriores), conforme a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2021, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo VII do edital, que passa a fazer parte desta ata, tendo sido o referido preço oferecido pela licitante cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar no certame acima mencionado, como segue:

**TABELA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1. DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL**

1.1. Para todos os efeitos, incorporam-se como parte integrante desta Ata, independente de transcrição, o edital do Pregão Presencial nº 16/2021 e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**2. DO OBJETO E DO VALOR**

2.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços de arborização urbana, conforme descrito.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

**3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela COPAM.

3.2. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 16/2021.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial nº 16/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA QUARTA**

**4. DA VALIDADE E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da sua assinatura.

4.2. A presente Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Ijuí – Poder Executivo a firmar contratações ou realizar aquisições na quantidade estimada, sendo possível a ocorrência de outros certames licitatórios concomitantes para a aquisição de itens ou contratação de serviços específicos.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

4.3. À empresa vencedora do presente certame licitatório fica assegurada a preferência em igualdade de condições com as demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitando-se a legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA**

**5. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal, diretor, sócio da empresa, procurador ou credenciado.

5.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços ou de seus aditivos será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação enviada pelo Município, podendo ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito durante o seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.

5.3. É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório e na legislação.

**CLÁUSULA SEXTA**

**6. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE EMPENHO**

6.1. As aquisições do(s) objeto(s) da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Prefeito.

6.2. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo Prefeito, vinculando a contratada, nos termos do edital e desta ata, a partir do seu recebimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA**

7.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando todas as exigências contidas no edital do PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

7.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender.

7.3. Efetuar a entrega de acordo com as especificações.

7.4. Compete à signatária, por sua conta e exclusiva responsabilidade:

7.4.1 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as especificações do edital e as cláusulas deste Ato;

7.4.2 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e entrega do(s) produtos(s) objeto deste contrato, inclusive impostos, taxas e contribuições, fretes, embalagens, seguros e eventuais perdas e danos;

7.4.3 Manter, durante a vigência do Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.4.4 Fornecer o(s) produto(s) nos termos especificados no objeto deste instrumento, observadas as respectivas quantidades e preços, e entregá-los de acordo com a(s) Ordem(ns) de Compra.

**CLÁUSULA OITAVA**

**8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1 Os serviços deverão ser executados durante 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em conformidade com as especificações do Memorando Interno nº 004/2021-SMMA (Anexo IX deste edital).

8.2 A solicitação, por parte da Secretaria Requisitante, será realizada mediante expedição de Ordem de Serviço, contendo as atividades e locais a serem realizados.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

8.3 A Ordem de Compra poderá ser encaminhada por meio eletrônico.

8.4 No caso de reprovação dos serviços recebidos, a licitante deverá executar novamente os serviços, às suas expensas.

8.4.1 Na impossibilidade da nova execução dos serviços, a licitante devolverá ao Município de Ijuí – Poder Executivo os valores já recebidos, acrescidos de juros legais, referentes ao pagamento dos serviços aprovados, independentemente das sanções previstas neste edital.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **9. DOS VALORES E DOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS**

9.1. O valor para o fornecimento e entrega do(s) produto(s) objeto desta Ata estão consignados na tabela supramencionada.

9.2. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega previstas no edital.

9.3 Após o recebimento do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

9.3.1 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail [xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br](mailto:xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br).

9.3.2 **A nota fiscal deverá trazer os seguintes dados cadastrais do Município de Ijuí:**

Município de Ijuí

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065-0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro, Ijuí/RS – 98700-000

Nº do empenho

9.4 O pagamento será realizado pelo Município de Ijuí – Poder Executivo mediante depósito bancário em favor da adjudicatária, que indicará em formulário próprio o nome da instituição, a localidade, o código da agência bancária e o número da conta corrente para que seja realizada a operação.

9.5 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando a licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 São aplicáveis as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

10.2 A licitante ficará sujeita, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Compra;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

10.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observados os procedimentos contidos na legislação própria.

10.4 Será aplicada multa de 02% (dois por cento) do valor estimado de fornecimento, tanto à licitante, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, e que venha a ser inabilitada por ter apresentado documentos que seguramente não atendam as exigências deste edital, como às demais licitantes que derem causa a tumultos durante a sessão pública de pregão ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado de seus representantes.

10.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outras.

10.6 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do infrator, sob pena de inscrição do respectivo valor como Dívida Ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 Integram esta Ata, independente de transcrição, o edital do PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2021 e seus anexos e a(s) proposta(s) apresentada(s) pela(s) licitante(s) no certame supra numerado.

11.2 A adjudicatária deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.

11.3 Fica eleito o foro de Ijuí/RS para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

11.4 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

Ijuí/RS, xxxxxxxxxxxx.

MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
CNPJ nº 90.738.196/0001-09  
Andrei Cossetin Sczmanski  
Prefeito  
CPF nº 002.702.350-86  
Contratante

Nome do Fornecedor  
CNPJ N.º ...  
Nome do Representante da Contratada  
Sócio Proprietário  
CPF nº ...  
Contratada





**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO IX**

**MEMORANDO INTERNO**



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**



Memorando nº 004/2021-SMMA

Ijuí/RS, 04 de fevereiro de 2021.

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Para: COPAM – Sr. Júlio César Franciscatto

Prezado Senhor,

Na oportunidade em cumprimentamos Vossa Senhoria, informamos e requeremos o quanto segue:

Considerando a média apurada dos últimos 02 (dois) anos, segue a estimativa de contratação dos serviços a serem licitados/ano:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN.	EXP. DE CONTRATAÇÃO	HISTÓRICO PREÇO MÉDIO CONTRATADO
01 44976	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 20 cm	Un. Arbórea	100	Sem cotação anterior 180,00
02 44978	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 20 cm e menor ou igual a 40 cm	Un. Arbórea	500	R\$ 189,00
03 44977	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 40 cm e menor ou igual 60 cm	Un. Arbórea	300	R\$ 439,00
04 44979	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 60 cm	Un. Arbórea	50	R\$ 664,00

*QUANTIDADE*  
221  
10.900,00  
94.500,00  
139.700,00  
33.200,00



Rua Dom Pedro I, 46 (2º piso) Bairro Assis Brasil - Ijuí/RS - Brasil  
CEP 98.700-000 Fone/Fax (55) 3332-9384

*PREGÃO PRESENCIAL*  
12/03/2021  
Município de Ijuí - Poder Executivo  
Júlio César Franciscatto  
Diretor de Compras,  
Patrimônio e Almoxarifado




**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

05 44980	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 40 cm	Un. Arbórea	15	R\$ 51,00
06 44981	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 40 cm e menor ou igual a 60 cm	Un. Arbórea	15	R\$ 114,00
07 44982	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 60 cm	Un. Arbórea	15	R\$ 216,00
08 3633	Plantio de mudas de árvores	Unidade	500	R\$ 28,00
09 44983	Plantio de mudas de árvores com necessidade de abertura de calçada em concreto	Unidade	500	R\$ 49,00

765,00  
1.710,00  
3.240,00  
14.000,00  
24.500,00

Frisa-se que a contratação dos referidos serviços deverão atender exclusivamente aos interesses da Administração Pública.

Sem mais, reiteramos cordiais cumprimentos e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

  
José Darcia da Rosa  
Secretário Municipal Adjunto de Meio Ambiente



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

A Arborização pública urbana constitui bem de uso comum, sendo executada as expensas do município com atendimento de leis e normas sobre a matéria, principalmente o Plano Diretor de Arborização Urbana do Município de Ijuí – PDAU (Lei 5469, de 15 de Julho de 2011):

“Art. 5º A implementação do Plano Diretor de Arborização Urbana, ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), nas questões relativas à elaboração, análise e implantação de projetos e manejo de arborização urbana, além da fiscalização e controle ambiental pertinente.”

Cabe desta forma ao poder público municipal, não só a execução de manejo necessário a compatibilização da composição arbórea já existente com outros elementos e serviços necessários a área urbana, como também a execução de planejamento e instalação de novos projetos na área.

### **Considerações Iniciais:**

Levando em conta a necessidade de continuidade dos serviços de arborização pública, desenvolvida na Secretaria de Meio Ambiente por equipe terceirizada, com contrato já vencido, verifica-se a necessidade de nova contratação.

A nova contratação deverá ser efetuada a satisfazer a demanda municipal já apresentada em discussão interna, bem como com readequações do serviço conforme o que segue.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

Considerando a verificação de lacunas contratuais de controle técnico e operacional dos trabalhos, bem como do contingenciamento orçamentário, o formato de contratação deverá ser modificado a fim de atender as considerações e os volumes de trabalho demandados.

Para melhor planejamento das operações durante o ano (pois as intervenções a serem contratadas variam durante esse período) se possível o novo contrato deverá prever período mínimo de 12 meses.

Além do tipo de execuções contratadas junto à arborização pública (plantios, podas de formação, limpeza e segurança, supressão e substituições) algumas outras especificações deverão obrigatoriamente fazer parte da licitação para o contrato.

Considerando que cada tipo de execução no manejo da arborização (plantio, supressão ou condução) tem rendimentos operacionais, equipamentos e logística diferentes, resultando também em um custo de trabalho diferenciado para cada caso, definiu-se uma proposta de valores básicos a serem pagos pelos serviços executados, considerando o preço médio dos orçamentos colhidos.

A proposta de valores, que possui enquadramento por tipo de execução e volume de trabalho em intervalos de classe foi montada com base nos valores coletados em empresas que operam na cidade.



## **1. Objetivo**

O presente termo de referência tem por objetivo especificar e definir as condições para inclusão no Sistema de Registro de Preços os serviços de **poda, supressão e plantio de vegetação**, para atender as demandas do Município de Ijuí em todo o seu perímetro (urbano e rural).

## **2. Generalidades e locais de execução**

A contratação engloba realização do serviço de poda que ocorrerá conforme normas e autorização do Órgão Ambiental competente.

Os quantitativos de serviços serão informados conforme a demanda solicitada pelo CONTRATANTE e irão ocorrer à medida que o Órgão Ambiental competente autorizar.

Os serviços serão executados em todo o município, área públicas do mesmo, divididos por lotes, sendo que a empresa vencedora será responsável pela execução dos lotes.

## **3. Normas e legislação aplicadas**

Os métodos e procedimentos para a execução dos serviços deverão atender a todas as normas técnicas, legislações federais, estaduais e municipais, sempre atualizadas, e instruções pertinentes aos materiais, serviços e locais onde os serviços se desenvolverão, dentre elas:

- (a) Constituição Federal 1988;
- (b) Lei Federal nº 9.605/1998 e Decreto nº 6.514/2008 – Lei dos Crimes Ambientais;
- (c) Lei Estadual nº 9.519/92 – Institui o Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências (em particular o artigo 33);
- (d) Instrução Normativa do MMA nº 6, de 23 de setembro de 2008 – Reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção;
- (e) Decreto Estadual nº 42.099/2002 (RS) - Declara as espécies da flora nativa ameaçadas de extinção no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências;
- (f) Legislação Municipal.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

A contratada para os serviços deverá dispor de equipamentos mínimos para a execução efetiva e segura dos trabalhos.

**Equipamentos de segurança individual:** protetores auriculares, cinto de segurança, luvas e óculos protetores, etc

**Equipamentos de segurança operação:** faixas identificadoras temporárias de alerta para demarcação da área da obra (faixa amarela), cones de sinalização (trânsito);

**Equipamentos de limpeza:** vassouras, sacos de lixo, etc;

**Ferramentas de plantio:** enxadão, picareta, cavadeira, pás, marreta e cinzel, serra mármore e extensão elétrica;

**Outros equipamentos de manutenção:** regadores, tambor ou bombona de 200 litros para transporte de água/irrigação, mangueiras (20 metros);

**Veículo para transporte de resíduos e materiais:** Caminhão ou outro motorizado com carroceria aberta e volume compatível com transporte de equipamentos, materiais e resíduos resultantes do serviço de plantio.

**Ferramentas de corte:** motosserra (com registro no IBAMA), serrote de poda, tesoura de poda, podão, facão, foice;

**Equipamentos auxiliares:** escada de abrir- condução baixa em árvores onde não se pode fazer escoramento diretamente nelas, escada pequena até 6 metros – condução em locais de pouco espaço, escada grande – no mínimo 12 metros), 50 metros de corda-amarração, haste suporte para serra de mão ou podão (mínimo 8 metros)

**Veículo para transporte de resíduos e materiais:** Caminhão ou camionete ou outro motorizado com carroceria aberta e volume compatível com transporte de equipamentos, materiais e resíduos resultantes do serviço. O veículo deve contar com munck hidráulico com 5.000kg de capacidade ou superior, bem como cesto para elevação de pessoas.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

#### **4. Atividades contratadas**

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M	UN. ARBÓREA			
02	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 E MENOR QUE 0,40 M	UN. ARBÓREA			
03	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 E MENOR QUE 0,60 M	UN. ARBÓREA			
04	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M.	UN. ARBÓREA			
05	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,40 M	UN. ARBÓREA			
06	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M	UN. ARBÓREA			
07	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M	UN. ARBÓREA			
08	PLANTIO DE ÁRVORES	UNIDADE			
09	PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES COM ABERTURA DE CALÇADA EM CONCRETO	UNIDADE			

#### **4.1. Da poda e supressão**

O CONTRATANTE emitirá ordem de serviços das atividades a ser realizada, devendo o CONTRATADO providenciar o adequado corte das árvores autorizadas (poda ou supressão).

O cronograma das atividades será programado em conjunto, CONTRATANTE e CONTRATADO, conforme possibilidades de isolamento das áreas de estacionamento, sendo possíveis as atividades em finais de semana.

A CONTRATADA deverá alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que o referido profissional não atenda a qualificação exigida ou prejudique o desenvolvimento dos trabalhos.

A execução da atividade deve ser orientada pelo responsável técnico da CONTRATADA.

A fiscalização reportar-se-á diretamente ao Responsável Técnico da contratada, ou a seu preposto formalmente indicado.



O representante da fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma terá livre acesso aos locais onde estejam sendo realizados os trabalhos, relacionados com o objeto da presente licitação.

A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para terceiros.

A contratada deve fazer o recolhimento dos resíduos em locais adequados assim que forem gerados, caso não seja possível fazer o transporte e encaminhamento para a destinação adequada no mesmo dia da atividade, este material deve ser recolhido no próximo dia útil.

A contratada será responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de acordo com a legislação em vigor.

Quaisquer danos a terceiros que a atividade de corte/poda venha a causar será de total responsabilidade da Contratada.

É estritamente proibido o poda/corte da vegetação antes da emissão da autorização para supressão pelo CONTRATANTE.

#### **4.2 Do plantio de mudas**

Os serviços relacionados ao plantio de mudas, foram separados em 2 itens:

Plantio de mudas junto a arborização pública, em geral mudas de dimensões em torno de 1,5 metros de altura, onde cabe o transporte da muda desde a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou viveiro até o local de plantio, a abertura de cova com dimensões adequadas, o plantio propriamente dito e a instalação de tutoramento (aparato para fixação e proteção no entorno da muda).

Se enquadram nesta condição o Plantio de mudas em locais onde a calçada é removível ou não há necessidade de abertura com equipamentos de corte.

Plantio de mudas junto a arborização pública com abertura em concreto ou pavimentação. No caso da necessidade de plantio onde houver concreto (item 09), o mesmo deverá ser realizado com equipamento de corte e o vão aberto deverá ser cimentado o seu entorno (rebocado), de forma homogênea com a área de concreto.





**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

PM- Manutenção de mudas. Serviço de revisão após plantio, com reforço de tutoramento e principalmente rega das mudas no mínimo por 3 vezes.

O transporte de mudas. O transporte das mudas, da sede da Secretaria Municipal de Meio ambiente até o local do plantio, é de responsabilidade do contratado.

A contratada deve fazer o recolhimento dos resíduos em locais adequados assim que forem gerados, caso não seja possível fazer o transporte e encaminhamento para a destinação adequada no mesmo dia da atividade, este material deve ser recolhido no próximo dia útil.

## **5. Prazos e condições de execução**

Após a contratação a CONTRATANTE emitirá ordem de serviço específica, de acordo com a necessidade, durante a validade do contrato.

O prazo dos serviços está definido na tabela abaixo.

A execução dos serviços deverá ser planejada juntamente com a fiscalização da Secretaria contratante, devendo ser elaborado cronograma de execução e entrega.

Prevendo situações emergenciais decorrentes de situações climáticas adversas, este memorial contempla a execução de podas de galhos quebrados com risco de queda, supressões de árvores total ou parcialmente caídas por ventos ou temporais. Este tipo de atividade deve ter mobilização prevista para 12h após acionamento da empresa.

Os serviços poderão ser prestados em quaisquer dias da semana, inclusive finais de semana e feriados, nos seguintes prazos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UN	Prazo de execução
01	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos
02	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 E MENOR QUE 0,40 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos
03	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 E MENOR QUE 0,60 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

04	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M.	UN. ARBÓREA	10 dias corridos	
05	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,40 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos	
06	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos	
07	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M	UN. ARBÓREA	10 dias corridos	
08	PLANTIO DE ÁRVORES	UNIDADE	20 dias corridos	
09	PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES COM ABERTURA DE CALÇADA EM CONCRETO	UNIDADE	30 dias corridos	

## **6- Do pagamento**

A autorização de pagamento dos serviços só será feita após a fiscalização dos serviços pelo responsável, com anuência da Secretaria contratante..

## **7 – Obrigações da contratada**

Quando necessário instalar placa indicativa com o nome do seu responsável técnico, os números a ARV (Autorização de Remoção Vegetal), conforme legislação vigente, se necessário.

Fornecer todo o ferramental e equipamentos necessários e adequados para a perfeita execução dos serviços contratados.

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Reparar ou corrigir, as suas expensas, no prazo fixado pelo edital, o serviço objeto da licitação.

Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 horas os motivos que impossibilitam a execução dos serviços.

O responsável técnico pela execução dos serviços deverá estar no local sempre no momento de início da atividade de corte, e deve estar à disposição da fiscalização sempre que esta julgar necessário.



A contratada deve responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e, ainda, por danos eventuais causados no local de execução dos serviços, bem como a terceiros, quando praticados, ainda que involuntariamente, por seus empregados, arcando com a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso.

É responsabilidade unicamente da CONTRATADA o pagamento da remuneração dos profissionais utilizados na execução dos serviços, transporte e alimentação, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento dos tributos.

## **8. Segurança do trabalho**

A contratada obriga-se a cumprir todas as disposições relativas à segurança e saúde no trabalho, normas e procedimentos, internos da contratante, bem como as estabelecidas na portaria nº 3.214 de 08/06/1978 do MET, incluindo alterações posteriores, e do capítulo v da CLT, lei 6.514 de 22/12/1977 e todas as demais que se referem à legislação trabalhista, parte integrante deste caderno de encargos e diretrizes técnicas independentemente de transcrição.

Caberá à contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI's) aos seus trabalhadores, de uso imprescindível, em conformidade ao que dispõe a norma regulamentadora – NR 6, aprovada pela portaria 3.214, de 8.6.1978, do Ministério do Trabalho e Emprego, parte integrante deste caderno de encargos, independentemente de transcrição.

A contratada deve ser entregar as cópias das fichas comprovantes de entrega de EPI's, devidamente assinadas pelos funcionários que executarão a atividade contratada.

A contratada deve apresentar as cópias dos registros funcionais e contrato de trabalho dos funcionários.

A contratada deve entregar as cópias dos atestados médicos - dos funcionários, conforme NR 7 e PCMSO da empresa.

A contratada deverá apresentar, caso exija a necessidade conforme NR 4, cópia do registro dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho – SESMT na superintendência regional do trabalho, bem como cópia da ata de posse da comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA, conforme NR 5, ou na



falta dela do certificado de curso de CIPA realizado pelo empregado designado pela empresa.

A contratante suspenderá qualquer serviço, quando o mesmo for feito por pessoas inabilitadas ou sem uso de EPI's, sendo o tempo de parada responsabilidade da contratada.

A contratada obriga-se a apresentar certificado de treinamento de operador de motosserra do trabalhador que estando legalmente vinculado à empresa contratada, irá efetivamente operar o equipamento, demonstrando estar habilitada em cumprir a NR 12. O equipamento deve ter a devida licença de porte e uso concedida pelo IBAMA.

A contratada deverá sinalizar adequadamente a área antes de iniciar qualquer atividade no local, através de cones, fitas zebradas. Sempre que para execução o serviço for necessário a interrupção do tráfego de veículos, a inobservância de sinalização poderá, a critério da contratada, acarretar na paralisação total ou parcial dos serviços até que a sinalização seja estabelecida regularmente. Tal ocorrência não implicará na prorrogação dos prazos previstos no contrato nem na dispensa das penalidades previstas no edital.

A contratada deve garantir que todos os profissionais estejam devidamente treinados e habilitados e deverão apresentar-se ao trabalho munido de todo o material necessário à execução dos serviços, inclusive com os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos em lei, específicos para as atividades que serão realizadas, utilizando roupas adequadas ao ambiente e aos serviços a contratada deve utilizar equipamentos de boa qualidade e dentro das normas técnicas.

Não será permitido o início de nenhuma atividade por parte da contratada sem que estejam disponíveis todos os EPI's e equipamentos necessários para a execução das atividades.

A contratada deve seguir a NR 18 – condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, e a NR 35 – trabalho em altura. Devem ser priorizadas a utilização de cestos elevatórios, andaimes e escadas, porém, em caso de dificuldades devido à estrutura das copas e inclinação de terreno pode se utilizar de técnicas de escalada, desde que comprovado o treinamento dos trabalhadores que executarão esta atividade e que estes possuam os equipamentos necessários para execução da atividade com segurança.

## **9 – Dos equipamentos**



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

A contratada para os serviços deverá dispor de equipamentos mínimos para a execução efetiva e segura dos trabalhos.

**Equipamentos de segurança individual:** protetores auriculares, cinto de segurança, luvas e óculos protetores, etc

**Equipamentos de segurança operação:** faixas identificadoras temporárias de alerta para demarcação da área da obra (faixa amarela), cones de sinalização (trânsito);

**Equipamentos de limpeza:** vassouras, sacos de lixo, etc;

**Ferramentas de plantio:** enxadão, picareta, cavadeira, pás, marreta e cinzel, serra mármore e extensão elétrica;

**Outros equipamentos de manutenção:** regadores, tambor ou bombona de 200 litros para transporte de água/irrigação, mangueiras (20 metros);

**Veículo para transporte de resíduos e materiais:** Caminhão ou outro motorizado com carroceria aberta e volume compatível com transporte de equipamentos, materiais e resíduos resultantes do serviço de plantio.

**Ferramentas de corte:** motosserra (com registro no IBAMA), serrote de poda, tesoura de poda, podão, facão, foice;

**Equipamentos auxiliares:** escada de abrir- condução baixa em árvores onde não se pode fazer escoramento diretamente nelas, escada pequena até 6 metros – condução em locais de pouco espaço, escada grande – no mínimo 12 metros), 50 metros de corda-amarração, haste suporte para serra de mão ou podão (mínimo 8 metros)

**Veículo para transporte de resíduos e materiais:** Caminhão ou camionete ou outro motorizado com carroceria aberta e volume compatível com transporte de equipamentos, materiais e resíduos resultantes do serviço. O veículo deve contar com munck hidráulico com 5.000kg de capacidade ou superior, bem como cesto para elevação de pessoas.



## **10 - Do pessoal**

A CONTRATADA deverá disponibilizar quadro de pessoal, devidamente registrados na condição de empregado, ou comprovação de execução pelos sócios da empresa, para execução dos trabalhos, que são os seguintes:

- Dois auxiliares
- Um motorista
- Um responsável técnico.

## **11 – Requisitos para participar do certame**

1- Deverá ser apresentado certificado de treinamento de operador de motosserra do trabalhador que estando legalmente vinculado à empresa contratada, irá efetivamente operar o equipamento, demonstrando estar habilitada em cumprir a NR 12

2- Deverá ser comprovada que a empresa possui responsável técnico, funcionário ou contratado (contrato de prestação de serviços), devendo este profissional estar inscrito no CREA ou CRBio, com comprovação de acervo técnico em manejo de arborização.

3- Laudo Técnico, emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho, atestando que a empresa possui equipe técnica com treinamento em NR35 e NR10 e, ainda, que atende ao Anexo XII da NR12.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021**

**PROCESSO Nº 142/2021**

**ANEXO X**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO ESTIMADO**

Item	Descrição	Qtd.	Un.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 20cm	100,00	UN	100,00	10.000,00
2	Poda em árvore com diâmetro de tronco maior que 20cm e menor ou igual a 40cm	500,00	UN	189,00	94.500,00
3	Poda em altura de árvore com diâmetro de tronco maior que 40cm e menor ou igual 60cm	300,00	UN	439,00	131.700,00
4	Poda de árvore com diâmetro de tronco maior que 60cm	50,00	UN	664,00	33.200,00
5	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro de tronco menor ou igual a 40cm	15,00	UN	51,00	765,00
6	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 40cm e menor ou igual a 60cm	15,00	UN	114,00	1.710,00
7	Corte raso e recorte de árvore com diâmetro maior que 60cm	15,00	UN	216,00	3.240,00
8	serviço de plantio de mudas de árvores	500,00	UN	28,00	14.000,00
9	Serviço plantio de mudas de árvores com necessidade de abertura de calçada em concreto.	500,00	UN	49,00	24.500,00

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 313.615,00</b>
--------------	-----------------------